

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

28.10.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 860-P/2019

«Aprovar a repartição de encargos das despesas inscritas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra para o ano de 2020».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, em articulação com o disposto no decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, solicito a V. Exa. que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara realizada a 28 de outubro de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

RE 4

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 28-10-2019**.


Proposta nº 860-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

*Aprovada por maioria, com a participação
do Sr. Vereador de Coligação "Juntos
Pela Sintra".*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 28 de outubro de 2019.

O Presidente



Basílio Horta

O Coordenador Técnico



Vítor Castro





SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDÊNCIA

PROPOSTA Nº /2019

860

Considerando que:

1. Os nºs 1, 2 e 6 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, determinam que *"a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, ... não pode ser efetivada sem prévia autorização do respetivo órgão deliberativo"*, salvo as exceções previstas no mesmo artigo.
2. O nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, refere: *"A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia...*
c) Da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local."
3. Também o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, refere: *"1- Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente poderá ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. 2- Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa."*
4. Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra procederam à elaboração dos documentos previsionais para 2020 de acordo com as disposições constantes no SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido observado o disposto nos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com as alterações introduzidas, seguindo-se os princípios e regras orçamentais previstos.
5. Do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual consta a previsão anual das receitas e despesas para o quinquénio 2020/2024, de acordo com o previsto em SNC-AP. É constituído pelo mapa resumo das receitas e despesas dos SMAS e pelo mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica. Os documentos previsionais para 2020 são constituídos pelo orçamento e pelas grandes opções do plano, no qual estão definidas as grandes linhas de desenvolvimento estratégico dos SMAS, que incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos para o quinquénio 2020/2024 e as atividades mais relevantes da gestão dos Serviços.

Reunião de

28 OUT, 2019

Docº Agendado com o
Nº 4





SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDÊNCIA

6. Para o pleno exercício das atribuições destes Serviços, deve garantir-se que são criados instrumentos destinados a assegurar a eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, pelo que, para assegurar o normal funcionamento dos SMAS de Sintra e garantir o serviço público de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de recolha de resíduos sólidos urbanos, atentos os princípios da eficiência, eficácia e economia na gestão dos meios e recursos existentes, justifica-se o recurso a procedimentos de contratação pública para a aquisição de bens e serviços que possam produzir efeitos em mais de um ano económico, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, (CCP).

Tenho a honra de propor que a Exm^a Câmara Municipal de Sintra delibere:

Face ao anteriormente exposto, e ao abrigo das disposições legais supracitadas, propõe-se que seja autorizada a repartição de encargos orçamentais, em mais de um ano económico, para os procedimentos de contratação de bens e serviços cuja abertura se venha a considerar necessária efetuar durante o ano de 2020 e que sejam imprescindíveis à garantia do normal funcionamento dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, respeitados os limites previstos no Orçamento e Plano Orçamental Plurianual, bem como os limites da competência própria e delegada no Conselho de Administração.

Mais se solicita, a homologação pela Exm^a. Câmara Municipal de Sintra e pelo órgão deliberativo da deliberação tomada, em 17 de outubro, pelo Conselho de Administração dos SMAS de Sintra.

Paços do Concelho de Sintra, 18 de 10 de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal

B. H.
Basílio Horta

Reunião de

28 OUT. 2019

Doc.º Agendado com o
Nº **4**



CA EXLACED. 4/2019

Paroiz



SMAS SINTRA
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA
E SANEAMENTO DE SINTRA

COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO

De Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro

Referência

D20190101766 19.044DAF

Para Diretor Delegado

Data 14/10/2019

Assunto Grandes Opções do Plano para 2020-Processos de Aquisição de Bens e Serviços com repartição de encargos orçamentais em mais de um ano económico – Pedido de autorização

Considerando que:

Os n.ºs 1, 2 e 6 do art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, determinam que *“a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, ... não pode ser efetivada sem prévia autorização do respetivo órgão deliberativo”*, salvo as exceções previstas no mesmo artigo.

O n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, refere: *“A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia:...*

c)Da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local.”

Também o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, refere: *“1- Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente poderá ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. 2- Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa.”*

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra procederam à elaboração dos documentos previsionais para 2020 de acordo com as disposições constantes no SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido observado o disposto nos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com as alterações introduzidas, seguindo-se os princípios e regras orçamentais previstos.

Do Orçamento consta a previsão anual das receitas e despesas para o quinquénio 2020/2024, de acordo com o previsto em SNC-AP. É constituído pelo mapa resumo das receitas e despesas dos SMAS e pelo mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica. Dos documentos previsionais constam as grandes opções do plano, no qual estão definidas as grandes linhas de desenvolvimento estratégico dos SMAS, que incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos para o quinquénio 2020/2024 e as atividades mais relevantes da gestão dos Serviços e também, de acordo com o previsto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, é incluído o mapa de pessoal para 2020, nos termos do disposto nos artigos 28º, 29º, 31º e 32º, da Parte II daquele diploma.

Para o pleno exercício das atribuições destes Serviços, deve garantir-se que são criados instrumentos destinados a assegurar a eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública.



SMAS SINTRA
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA
E SANEAMENTO DE SINTRA

COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO

Para assegurar o normal funcionamento dos SMAS de Sintra e garantir o serviço público de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de recolha de resíduos sólidos urbanos, atentos os princípios da eficiência, eficácia e economia na gestão dos meios e recursos existentes, justifica-se o recurso a procedimentos de contratação pública para a aquisição de bens e serviços que possam produzir efeitos em mais de um ano económico, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, (CCP).

Face ao anteriormente exposto, e ao abrigo das disposições legais supracitadas, propõe-se que seja autorizada a repartição de encargos orçamentais, em mais de um ano económico, para os procedimentos de contratação de bens e serviços cuja abertura se venha a considerar necessária efetuar durante o ano de 2020 e que sejam imprescindíveis à garantia do normal funcionamento dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, respeitados os limites previstos no Orçamento e Plano Orçamental Plurianual, bem como os limites da competência própria e delegada no Conselho de Administração.

Mais se solicita, a homologação da deliberação do Conselho de Administração pela Exm^a. Câmara Municipal de Sintra e pelo órgão deliberativo.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Quarta Ao CA para Deliberação
[Assinatura] 17.10.2019

17 10 2019

Apresentar a proposta de repartição de encargos orçamentais, em mais de um ano económico para os procedimentos de contratação de bens e serviços. Aprovar.

11/
[Assinatura]
17.10.2019
Apresentar a proposta de repartição de encargos orçamentais, em mais de um ano económico para os procedimentos de contratação de bens e serviços. Aprovar.

SMAS SINTRA

17 10 2019

Lidia Lopes
Diretora de Departamento

Reunião de

28 OUT, 2019

Doc^o Agendado com o
N^o 4